

FÓRUM DE LISBOA / Em Portugal, ministros defenderam a ampliação da responsabilidade das big techs. Oposição critica a decisão e argumenta que o Judiciário invadiu a competência do Legislativo

Regulação das redes é destaque

» LUANA PATRIOLINO
» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

A recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em ampliar a responsabilização das redes sociais sobre conteúdos publicados por seus usuários foi destaque no XIII Fórum de Lisboa — evento que reuniu autoridades dos Três Poderes, em Portugal, com discussões sobre direito, democracia e sustentabilidade na Era da informação. Os ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes defenderam as mudanças impostas pelo Judiciário para as big techs. A Corte decidiu, no mês passado, que as redes sociais devem ser responsabilizadas por postagens ofensivas de seus usuários, sem a necessidade de uma decisão judicial. Para os magistrados, o artigo 19 do Marco Civil da Internet é parcialmente inconstitucional, pois há omissão na proteção de direitos fundamentais da pessoa humana. No Fórum, Moraes ressaltou que as plataformas não são neutras. “Elas (big techs) têm lado, têm religião, opção econômica, opção política”, afirmou ao defender a regulação das redes. “A primeira pergunta que faço é: que tipo de internet nós queremos?”, questionou. “Nós queremos uma rede social que direcione, impulse e

divulgue mensagens contra direitos arduamente conquistados por minorias?”, completou. Uma das principais mudanças impostas pelo Supremo é que as redes deverão levar em conta a notificação extrajudicial para remover um conteúdo irregular. Isso deve valer enquanto não houver uma nova lei sancionada para tratar do assunto. As empresas também devem responder civilmente por danos morais causados por conteúdos ofensivos ou ilegais, como racismo, discurso de ódio, incitação à violência e fake news. O presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, também defendeu o entendimento do Judiciário. “O STF fez uma decisão extremamente equilibrada, extremamente moderada, e acho que foi um movimento exemplar para o mundo de maneira geral. Não há nenhum tipo de censura envolvido aqui, a não ser que alguém ache que impedir pornografia infantil na rede seja censura”, disse. O ministro Gilmar Mendes, idealizador e anfitrião do fórum, disse que “responsabilizar as big techs é fundamental para restaurar a civilidade na esfera digital”. “Declarar parcialmente inconstitucional o artigo 19 do Marco Civil da Internet para estabelecer o dever de remoção e de responsabilização das big techs das postagens criminosas e ofensivas de seus usuários

Fotos: Mariana Campos/CB/D.A Press



Moraes reiterou que internet não pode ser “terra sem lei”

parece fundamental, não apenas para coibir a prática de crimes e preservar a honra das pessoas, mas para restabelecer a civilidade e a fecundidade da esfera pública digital”, completou o decano. **Do lado do Congresso** O julgamento da regulamentação das redes sociais provocou um debate sobre a quem cabe o trabalho de definir a responsabilidade das big techs no país. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu publicamente a necessidade de atualização do marco regulatório da internet de forma democrática e ampla, ouvindo também a sociedade brasileira. Em Lisboa, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), evitou dar declarações sobre o assunto. No

Gustavo Moreno/STF



Gilmar defendeu a regulação das redes para preservar a Constituição



Não há nenhum tipo de censura envolvido aqui, a não ser que alguém ache que impedir pornografia infantil na rede seja censura”

Luís Roberto Barroso, presidente do STF

entanto, em Brasília, criticou o Supremo, afirmando que “não legislar também é uma posição” e que a Corte tem legislado, avançando além de suas competências. A deputada Duda Salabert (PDT-MG) criticou a inércia do Congresso diante do tema e alertou

para os riscos da falta de regulamentação. “Responsabilizar as plataformas não é sinônimo de censura. Significa que as big techs devem responder à Justiça quando notificadas e não se omitirem, sob risco de se tornarem cúmplices de crimes”, afirmou.

Na mesma linha, o deputado Dorinaldo Malafaia (PDT-AP) defendeu que o Congresso assuma o protagonismo na regulamentação das redes. O autor do Projeto de Lei 3224/24, que trata do uso consciente de telas por crianças e adolescentes, ele argumentou que é responsabilidade do Legislativo atualizar a legislação diante da escalada de poder das big techs. Por outro lado, o deputado Kim Kataguiri (União-SP) manifestou preocupação com a decisão do STF. Para ele, responsabilizar-se por plataformas por conteúdos de terceiros pode comprometer a internet como espaço livre para troca de ideias. “Se formos obrigados a censurar preventivamente qualquer conteúdo, institucionalizaremos a autocensura e um ambiente de vigilância permanente”, disse.

Minas Gerais terá a primeira shortline do Brasil com o investimento da Cedro Participações

Ramal Ferroviário Serra Azul, previsto para entrar em operação em 2030, recebe investimentos de R\$ 1,5 bilhão

Apresentado por:



Matéria escrita por Gabriella Collodetti

Por décadas, a BR-381 tem carregado o apelido sombrio de "Rodovia da Morte". Com quase 1.200 quilômetros de extensão, a estrada liga São Paulo a Belo Horizonte, atravessando importantes centros industriais e urbanos de Minas Gerais e do interior paulista. No entanto, a sua relevância econômica contrasta fortemente com uma trágica reputação: acidentes graves, mortes frequentes e um histórico de promessas não cumpridas. Apenas em 2024, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) registrou 3.469 ocorrências na via. O dado colocou a BR-381 em terceiro lugar no ranking das rodovias com maior incidência de acidentes no Brasil. No entanto, há expectativas de mudanças no trecho. Com o investimento de R\$ 1,5 bilhão, a Cedro Participações aposta na implementação do Ramal Ferroviário Serra Azul, conhecido como shortline – termo que faz referência às ferrovias de curta distância que conectam pontos específicos dentro de uma rede ferroviária maior ou a terminais de transporte. Iniciativa inédita no país, o projeto conta com autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para o início das obras, previstas para 2027. A estimativa é que a ferrovia entre em operação em 2030 e as obras devem gerar aproximadamente 4 mil oportunidades de trabalho, entre empregos diretos e indiretos na região durante o período de implantação. “O traçado conectará os municípios de Mateus Leme, Igarapé, São Joaquim de Bicas e Mário Campos. A linha férrea terá uma extensão de cerca de 26,4 quilômetros e foi projetada para conectar a produção mineral à malha ferroviária

Divulgação/Cedro Participações



Lucas Kallas, presidente do Conselho da Cedro Participações

nacional”, explica Lucas Kallas, presidente do Conselho da Cedro Participações. Na prática, a shortline vai criar uma rota exclusiva para o escoamento de minério de ferro, permitindo que o minério extraído na região seja levado diretamente à região portuária do Rio de Janeiro. O projeto é visto como um avanço significativo na diversificação dos modais de transporte em Minas Gerais e vai gerar eficiência operacional para toda a cadeia produtiva. “A shortline terá capacidade para transportar 24 milhões de toneladas de minério por ano, o que vai elevar a eficiência logística da região e aumentar a arrecadação municipal com tributos”, aponta Kallas. Ao interligar as cidades de Mateus Leme, Igarapé, São Joaquim de Bicas e Mário Campos à malha ferroviária regional Sudeste e à malha ferroviária da MRS – dando acesso ferroviário ao Porto de Itaguaí (RJ) – a miniferrovia também vai agilizar as

exportações, fortalecendo assim o minério mineiro no mercado internacional. Outro aspecto de relevância diz respeito à contribuição com a melhoria da mobilidade urbana nos municípios que receberão o ramal ferroviário. Isso porque, com a rota alternativa, o projeto permitirá a retirada de cerca de 5 mil carretas e caminhões por dia da BR-381. “A redução da circulação de milhares de veículos pesados na BR, uma rodovia com alto índice de acidentes, irá facilitar o escoamento do trânsito e evitar ocorrências na estrada”, aponta. Para Kallas, o ramal reforça o compromisso da Cedro com a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente, além de fortalecer a economia local e regional. “O modal ferroviário emite até três vezes menos dióxido de carbono que caminhões e carretas, podendo reduzir as emissões em até 75%. Entendemos que a

construção dessa miniferrovia é uma resposta estrutural e de longo prazo para problemas históricos de Minas Gerais”, defende. Kallas ressalta que a shortline entra como uma pauta importante para a Cedro por se tratar de uma alternativa sustentável ao transporte rodoviário. Além disso, na percepção do executivo, a modernização do sistema ferroviário pode atrair investimentos estrangeiros e fortalecer a posição do Brasil e de Minas Gerais no comércio global. “O Plano Nacional de Logística 2050 projeta um aumento significativo na participação do modal ferroviário na matriz de transporte brasileira, e essa expansão é essencial para atender à crescente demanda por soluções logísticas eficientes e sustentáveis. A escolha pelos trilhos consolida o Brasil como líder global em mineração e exportação de commodities de forma responsável e inovadora”, contextualiza.

